60º CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

Dias 29 de março a 1º de abril de 2016

Campos do Jordão Convention Center

Av. Macedo Soares, nº 499 – Capivari - Campos do Jordão/SP

Fonte: www.apaulista.org.br

A prestação de contas no último ano de mandato

O agente chefe de Fiscalização Financeira do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Mário Milane da Matta Neto, fez a última palestra do 60° Congresso Estadual de Municípios, em Campos do Jordão.

Agentes do Tribunal de Contas participaram todos os dias do Congresso, com um stand próprio, para orientar os municípios.

O presidente do Tribunal de Contas, Conselheiro Dimas Ramalho, já havia participado da abertura do Congresso, no dia 29 de Março, onde já havia anunciado a parceria do Tribunal com os municípios criando uma ponte para o diálogo.

Este fator foi reforçado na palestra do último dia. O tribunal de Contas deixou um manual com os cuidados com o último ano de mandato que será disponibilizado no site.

Mário Milane, afirmou que em 2012, também um ano de fim de mandato, a Unidade de Fiscalização de Guaratinguetá emitiu pareceres desfavoráveis a 71% dos municípios. As principais causas foram a não aplicação dos mínimos constitucionais na Educação e da Saúde. Também aparecem o insuficiente pagamento de precatórios judiciais; o repasse excessivo à Câmara dos Vereadores; a falta de repasse previdenciário; a superação do limite de despesa de pessoal, o não cumprimento do art. 42 da LRF; o aumento da despesa nos últimos 180 dias do mandato e a aplicação incorreta das multas de trânsito e dos Royalties.

Principais vedações da LRF

Entre as vedações da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00) para o último ano de mandato, Mário Milane destacou o não cumprimento do Art. 42 da referida Lei. O artigo dispõe que fica vedado, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação que não possa ser cumprida integralmente… ou parcelas a serem pagas sem suficiente disponibilidade de caixa.

José Rubens Monteiro, diretor da unidade do Tribunal de Contas de Guaratinguetá, destacou que em hipótese alguma deverá haver cancelamento de empenhos ou restos a pagar, ou a transferência destes débitos para o passivo de longo prazo. “Isto é muito comum, mas resulta na reprovação de contas. Se não tem dinheiro, não contrate. Simplesmente cancelar a despesa depois de efetuada é ferir a legislação”, disse Monteiro.

Gastos com Pessoal

A LRF, em seu art. 21, parágrafo único veda o aumento da despesa de pessoal nos últimos 180 dias do mandato. Porém há exceções. Dentre elas, as concessões de vantagens pessoais advindas dos estatutos dos servidores (quinquênios, sexta-parte…etc). Também são exceções o abono aos profissionais de Educação Básic, a RGA derivada de lei local anterior a 5 de julho, contratação de pessoal para o atendimento de convênios assinados anteriormente e o cumprimento de decisões judiciais.

Empréstimos e Financiamentos

A Lei de Responsabilidade Fiscal e o Código Penal proíbem a contratação de operação de crédito por antecipação da receita orçamentária – ARO no último ano do mandato. A pena é de um a dois anos de reclusão.

Vedações da lei Eleitoral

Publicidade de Atos Legais é diferente de publicidade institucional. O Tribunal porém recomenda identificação das despesas em atividades programáticas específicas.

Não são permitidas despesas com publicidade e propagandas, nem gastos com publicidade institucional nem propaganda de atos, programas , obras e serviços nos 3 meses que antecedem a eleição, ou seja, a partir de julho. As únicas ressalvas são as situações de urgente necessidade, reconhecidas pela Justiça Eleitoral e as propagandas de bens e serviços produzidos por empresas estatais, sujeitos à concorrência de mercado.

O palestrante também alerta para o fato de que as despesas com publicidade no primeiro semestre não devem ultrapassar a média dos gastos no 1° Semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito (2013-2015)

Distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios

Não é permitido no ano eleitoral, a criação de novos programas como de distribuição de cesta básica, passes escolares, bolsas de estudos, medicamentos….A exceção é se houver calamidade pública ou serviços já iniciados em anos anteriores.

Pau-Brasil é plantado no encerramento do 60º Congresso Estadual de Munícipios

A equipe do Instituto Pau Brasil SOS Juçara, juntamente com o presidente da APM – Associação Paulista de Municípios, Marcos Monti, o prefeito de Campos do Jordão, Frederico Guidoni, e a secretária de Estado do Meio Ambiente, Patricia Iglecias, entre outros, realizaram um "plantio simbólico" da árvore Pau Brasil. A ação ocorreu do lado externo do Campos do Jordão Convention Center , no encerramento do 60º Congresso Estadual de Municípios, no fim da manhã de sexta-feira, 1 de abril.

De acordo com Luiz Magalhães, coordenador da Operação Pau Brasil em todo o país, plantios simbólicos da espécie nasceram da necessidade de se resgatar parte da história nacional, como também a reposição da mesma, que atualmente se encontra em estágio terminal. "Iniciamos as operações em 2011 e, até o presente momento, foram plantadas cerca de 1 milhão de unidades em todo o território nacional. A Operação Pau Brasil é um grupo formado por profissionais liberais que tem o compromisso e o respeito com a nossa mãe natureza", destaca Magalhães.

A missão da Operação é promover e divulgar o Decreto-Lei Federal de nº 6607 de 7 de Dezembro de 1978, sancionado pelo então presidente Ernesto Geisel, comemorado em 3 de maio de cada ano, onde, entre outros artigos, exige o plantio da espécie Pau-Brasil em escolas públicas, estaduais e federais, praças e logradouros, e locais de eventos de grande porte.

Secretário de Turismo reforça setor como melhor opção para retomada da economia

O 60º Congresso Estadual de Municipios recebeu, na tarde de quinta-feira, 31, o secretário de Estado de Turismo, Roberto de Lucena, que confirmou, assim como o governador Geraldo Alckmin e vários outros palestrantes destacaram, que o investimento no turismo é uma das principais ações para tentar reverter as dificuldades da crise que assola o país.

De Lucena reforçou que o turismo é a grande saída para a retomada da economia e para a superação da crise. "No Estado de São Paulo, o Turismo contribui com 9,76% do PIB (Produto Interno Bruto), gerando 1 milhão de empregos diretos e quase 2 milhões de empregos indiretos. É um setor com uma janela de oportunidade", destacou.

Para o secretário, o momento é que haja a consciência de que o turismo precisa entrar na pauta econômica dos municípios. "Enquanto a concepção for de gastos, não vamos atingir o potencial. Precisamos entender que todo o recurso colocado, na verdade é um investimento numa atividade que ativa 52 setores de uma cadeia produtiva, e que, a menor custo, gera o maior número possível de empregos", disse.

“Quando você tem uma crise colocada e uma moeda desvalorizada, sair do país fica caro, porém vir ao Brasil fica barato. E claro que alguém que queria fazer uma viagem de turismo para o exterior, hoje vai pensar duas vezes. E é aí que surge a grande oportunidade de descobrir nosso país, principalmente o Estado de São Paulo, que é o segundo polo emissor de turistas do Brasil”, ressaltou o secretário, lembrando que, aproximadamente, 44 milhões de pessoas fazem turismo nos municípios paulistas.
De Lucena confirmou que está empreendendo todos os esforços para aumentar o fluxo turístico, potencializando o grande menu do Estado. “O turismo em São Paulo não é monotemático. Não temos aqui só sol e mar, mas uma gama de segmentos, como o gastronômico, de negócios, religioso e tantos outros, que torna São Paulo essa grande liderança e o carro chefe do turismo nacional”, finaliza.
Na quarta-feira, 30, o evento já havia recebido o painel com o tema “Municípios Turísticos e Regionalização do Turismo”, com a palestra do gerente executivo da Aprecesp – Associação das Prefeituras das Cidades Estância do Estado de São Paulo, Fernando Zuppo, e a participação do secretario executivo do Conselho Estadual de Turismo do Estado de São Paulo, Bruno Omori; do presidente da Amitur, Jarbas Favoretto; e da deputada estadual, Célia Leão.
Na oportunidade, o objetivo da palestra foi discutir as questões relacionadas ao turismo como fator de desenvolvimento econômico, com a proposta de ampliar a visão do empresário do setor sobre as novas ferramentas de promoção e incentivo na área. “Investir em turismo é garantir o desenvolvimento das cidades”, declarou Zuppo.

“O PMDB é o sócio majoritário da massa falida”, afirma o Senador Álvaro Dias.

O Senador Álvaro Dias (PV-PR) disse que o PMDB “é o sócio majoritário do PT no desastre administrativo do governo. E será o sócio majoritário a assumir a massa falida”. A declaração aconteceu nesta quinta, dia 31, no 60° Congresso Estadual de Municípios, que acontece em Campos do Jordão até sexta-feira, dia 1° de Abril.
Para o senador, o PMDB é tão responsável quanto o PT pelo que chamou de “descalabro administrativo” e pelos escândalos de corrupção. E vai além. Segundo ele, mudança mesmo só em 2018. “Mas ainda se nós tivermos a oportunidade de uma escolha feliz e eleger um governante correto e ousado, capaz de enfrentar a realidade e promover as mudanças que são urgentes e necessárias”. Ele acredita que a Operação Lava Jato é que pode mudar o cenário. “Figuras já carimbadas que já disputaram, se não saírem ilesas da Operação, perderão o espaço e as possibilidades desaparecerão. Teremos um cenário eleitoral diferente em função da Lava Jato.

Álvaro Dias é provocativo no que diz respeito ao PMDB e sinaliza que fará oposição a um possível governo liderado pelo partido " Como posso acreditar que o PMDB assumindo fará mudanças? Ele é pai, é mãe, é padrinho, é patrono deste sistema. Não há como acreditar em mudança deste sistema com o PMDB. E sem mudar este sistema, o país não vai conseguir alcançar os índices de desenvolvimento econômico compatíveis com a sua grandeza".

Dentre as mudanças que defende está um novo desenho do pacto federativo. Ele afirma que a crise política e econômica que enfrentamos hoje aprofunda as dificuldades já existentes antes dela. "Esta crise atual, que é ética, moral, política, social e econômica torna pior o que já era ruim antes dela, como a situação dos municípios, que já sofriam as consequências de uma crise provocada pelo esgarçamento do sistema federativo", disse.

Álvaro Dias afirma que o desequilíbrio é brutal. "Há uma injustiça terrível na distribuição dos recursos públicos entre os entes da Federação. A União é privilegiada e concentra grande parte do bolo da receita. Ao longo do tempo, desde a Constituinte de 1988, a União repassou encargos excessivos para os municípios, mas não repassou de forma compatível os recursos para atender às novas demandas".

Para o senador, para mudar este quadro é preciso coragem e fazer leis que de fato tragam mudanças. "Os deputados são municipalistas no discurso, mas governistas na hora do voto. Este quadro só vai mudar se as leis forem alteradas e se houver um esforço conjunto de aprovação de reformas", disse.

Para o senador, toda a causa do que estamos vivendo hoje é o sistema de governança, que criou um modelo de balcão de negócios. "Foi este sistema que deu origem ao mensalão, ao petrolão. Enfim, esta é a matriz de todos os grandes escândalos de corrupção".

Para o senador o impeachment se tornou inevitável. "Não estou dizendo que o impeachment vai acontecer, mas é inevitável o julgamento da Presidente. A indefinição já perdurou demais e já prejudicou demais o país. Há que se decidir sobre isso e rápido. Mas a substituição da presidente pelo vice, não satisfaz a população".

Ele afirma que não há que falar em coalizão. "Este é o maior governo de coalizão da história. Nunca um governo reuniu tantos partidos na sua base de apoio. A oposição ficou raquítica, numericamente insignificante e a ainda assim chegou a este ponto".

Alvaro Dias defende uma ruptura com este modelo. "A coalização é para colocar panos quentes, contemporizar e fazer concessões. A ruptura exige um governo mais competente, com uma liderança mais forte e corajosa. Se isso acontecer (o impeachement) , será um governo de transição para um novo modelo".

Para ele, a situação mais completa seria convocar novas eleições. "Mas o TSE não consegue julgar neste ano e ainda cabe recurso. Como eu só acredito em solução através do voto, ela vai sendo empurrada para 2018."

Oportunidades na crise dão a tônica da abertura do 60° Congresso de Municípios em Campos do Jordão

A abertura do 60° Congresso Estadual de Municípios, na noite do dia 29 de março, reuniu mais de 700 pessoas em Campos do Jordão e teve na crise, o seu principal tema.
Para uma plateia formada basicamente por prefeitos, vereadores e políticos de todo o Estado, o governador Geraldo Alckmin falou sobre a grave crise econômica que afeta a todos os municípios, mas pediu serenidade aos gestores.
Segundo o governador, a retração econômica afeta a todos. "Os países desenvolvidos crescem cerca de 3% ao ano. Os países em desenvolvimento crescem 4,5 % a 5%. O Brasil teve um PIB de -4%. Só perdemos para a Venezuela. Então a crise é igual para todos". O governador disse que a crise exige liderança. "Governar com dinheiro é fácil. Sem dinheiro é preciso esforço, trabalho, reduzir gastos e melhorar a eficácia do dinheiro público".
O governador, porém, mostrou-se otimista. "A inflação deve cair, bem como os juros e o dólar. Com isso a economia tende a reequilibrar-se no segundo semestre". O governador também destacou boas notícias para os municípios. A partir de abril entram em vigor novas alíquotas do ICMS, o que aumentará os recursos no Fundo de Combate à Pobreza.
Outro anúncio importante foi o de que, em 24 de maio, 41 municípios que já tem o contrato com a CDHU receberão recursos para a construção de 4.300 unidades e em junho, 162 municípios terão a construção de mais 19.600 unidades habitacionais que serão construídas e licitadas pelo Estado. Para custear o projeto, o governo utilizará o dinheiro de multas e de decisões judiciais.
O governador ainda conclamou os prefeitos a investirem no Turismo. "Os municípios que tem no turismo uma fonte de receita sentem menos os efeitos da crise".

União e coragem

O presidente do Tribunal de Contas, Conselheiro Dimas Ramalho disse que este é o momento de ser forte. "Ser prefeito é uma honra muito grande. Muitos querem, mas poucos conseguem. Agora é hora de ser forte, levantar a cabeça e buscar soluções", disse.
O presidente da Associação Paulista de Municípios, Marcos Monti, conclamou a união dos municípios e de todos os entes da federação: "Não serão os municípios sozinhos, nem os Estados e nem o Governo Federal que acharão uma saída isolada, mas sim a soma dos esforços conjuntos que levarão a solução da crise em que estamos", disse o presidente em seu discurso de abertura.
O prefeito de Campos do Jordão, Fred Guidoni, ao saudar os presentes, também adotou um tom otimista. "A crise não deve e não pode paralisar as ações dos gestores públicos. Precisamos ser corajosos, criativos, empreendedores, dinâmicos e inovadores para criarmos as alternativas necessárias que farão a diferença. Essa é a missão desta grande e importante reunião de líderes e agentes de transformação, que são os verdadeiros responsáveis pela sustentação dos pilares da democracia republicana", disse.

Fonte: www.apaulista.org.br